

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 1 de 8	

DESCRIÇÃO DA REVISÃO

REVISÃO	DATA	ALTERAÇÃO	OBSERVAÇÃO
00	06/04/2020	-	Emissão Inicial
01	30/05/2023	Revisão de texto	V1
02	30/09/2024	Revisão de texto	V2

ELABORAÇÃO: (NOME/FUNÇÃO):	ANÁLISE / APROVAÇÃO: (NOME/FUNÇÃO):
ALOMA FASSARELLA / COMPLIANCE	DANIEL FARIA / DIRETOR DE RISCO E COMPLIANCE

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 2 de 8	

ÍNDICE

1.	OBJETIVO.....	3
2.	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	3
3.	ABRANGÊNCIA.....	3
4.	DEFINIÇÃO.....	4
5.	PROCEDIMENTO	4
6.	ANEXOS.....	8

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 3 de 8	

1. OBJETIVO

A presente política discorrerá sobre os princípios gerais que norteiam o exercício de voto em assembleias, discorrerá sobre resoluções em potenciais situações de conflitos de interesses, descreverá as situações em que o exercício do voto é obrigatório e em quais é facultativo, apresentará o processo de tomada de decisão e a forma de comunicação dos votos aos cotistas da Trius Capital Gestão de Investimentos e Consultoria Ltda. (“Trius Capital” ou “Sociedade”), de acordo com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”).

Este Procedimento não se aplica aos:

- Fundos de Investimento, exclusivos ou reservados, que já prevejam em seu formulário ou regulamento cláusula que não obriga a adoção, pelo gestor, de política de voto ou similar;
- Ativos Financeiros cujos emissores estejam sediados fora do Brasil; e
- Certificados de Depósito de Valores Mobiliários.

O responsável pelo controle e execução da Política de Exercício de Voto será o responsável cadastrado como administrador de carteiras de valores mobiliários da Trius Capital.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno - Requisitos
- ISO 19600 – Sistema de Gestão de Compliance – Diretrizes
- Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código ANBIMA”) e demais normas e regras aplicáveis acerca do assunto.
- CVM n.º 175/22
- CVM n.º 81/22

3. ABRANGÊNCIA

Esta política se aplica a Trius Capital, em atendimento aos requisitos do sistema de gestão de compliance.

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 4 de 8	

4. DEFINIÇÃO

Não aplicável.

5. PROCEDIMENTO

5.1 PRINCIPIOS GERAIS

A Trius Capital exercerá o direito de voto em assembleias atuando como representante dos cotistas tomando as decisões que julgue trazer a maior valorização possível dos ativos do fundo, sempre respeitando os princípios de ética, lealdade aos interesses dos cotistas, profissionalismo, independência e objetividade.

Nesse sentido, ao votar em assembleias representando os Fundos, a Trius Capital buscará votar favoravelmente às deliberações que, a seu ver, possam propiciar ou auxiliar a valorização dos Ativos Financeiros que integrem as suas carteiras, se reservando o direito de abstenção do exercício de voto quando possível, caso assim entenda que seja melhor para os interesses dos fundos de investimento, observadas as demais disposições desta Política.

5.2 POTENCIAIS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSES

A Trius Capital exercerá seu direito de voto na qualidade de representante dos cotistas e o fará respeitando o princípio de lealdade aos cotistas, observando a segregação de atividades imposta pela legislação vigente.

Situações de conflitos de interesses podem aparecer e nesse caso a Área de Controles Internos e Compliance da Trius Capital fará a avaliação considerando os aspectos materiais e imateriais, de forma a emitir uma posição formal sobre sua avaliação. Quando a Trius Capital julgar que há conflito de interesse, e não sendo possível a adoção de procedimentos em tempo hábil, a Sociedade não exercerá seu direito de voto na assembleia em questão, expondo as justificativas para a decisão aos cotistas.

5.3 POTENCIAIS SITUAÇÕES INTERNAS DE CONFLITOS DE INTERESSES

Poderão existir situações em que haja um potencial conflito de interesses envolvendo Colaboradores e funcionários da Trius Capital, que podem influenciar nas decisões tomadas no exercício de direito de voto em assembleias.

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 5 de 8	

Nesse caso, todos os funcionários e Colaboradores já estão formalmente instruídos que devem procurar o gestor e diretores da Trius Capital para que possam fazer a ponderação conforme descrito no item acima.

5.4 MATÉRIAS OBRIGATÓRIAS

As matérias listadas abaixo requerem voto obrigatório da Trius Capital como representante dos fundos de investimento sob sua gestão:

- No caso de ações, seus direitos e desdobramentos;
- Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;
 - Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
 - Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento do gestor, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo de Investimento; e
 - Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.
- No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista: alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;
- No caso de cotas de Fundos de Investimento:
 - Alterações na política de investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do Fundo de Investimento;
 - Mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
 - Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
 - Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
 - Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 6 de 8	

- Liquidação do Fundo de Investimento; e
- Assembleia de cotistas nos casos previstos na Resolução CVM n.º 175/22.

5.5 MATÉRIAS FACULTATIVAS

A Trius Capital tem a opção de comparecimento às assembleias gerais das companhias emissoras e exercer o seu direito de voto se:

- A assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- O custo relacionado com o exercício do voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Fundo de Investimento;
- A participação total dos Fundos de Investimento sob gestão, sujeitos à Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo de Investimento possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão.
- Houver situação de conflito de interesse em matéria relevante ou se as informações disponibilizadas pela empresa não forem suficientes, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, para a tomada de decisão.

5.6 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Primeiramente, para que possa votar em assembleia, a Trius Capital deverá ser comunicada sobre a ocorrência da mesma. Tendo essa ciência, a Trius Capital atuará conforme abaixo.

O voto a ser proferido em assembleia será decidido por um colegiado representado pelo gestor e demais diretores da Trius Capital, levando em consideração a matéria a ser deliberada, sua relevância para os fundos, custo relacionado ao exercício do direito de voto, eventual conflito de interesses, bem como a Política de Voto da classe do Fundo de Investimento. Caso a Trius Capital opte pelo não exercício de voto em assembleias em que participam fundos de investimento sob sua gestão, esse deverá estar plenamente justificado e deverá constar de ata da reunião do colegiado.

Por outro lado, caso a Trius Capital opte pelo exercício de seu direito de voto, o comparecimento às assembleias poderá ser feito por um diretor da Trius Capital ou pela área jurídica de empresa,

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 7 de 8	

podendo ser contratados terceiros para efetuar essa representação, com as procurações devidamente estipuladas.

5.7 COMUNICAÇÃO DE VOTO

Os cotistas poderão solicitar um resumo e a justificativa sumária dos votos proferidos em assembleia, a qualquer tempo, mediante simples solicitação escrita à Trius Capital, no endereço eletrônico info@triuscapital.com.br. A Trius Capital atenderá qualquer solicitação neste sentido em até 5 (cinco) dias úteis.

Serão disponibilizados ao administrador fiduciário dos Fundos de Investimentos geridos pela Trius Capital, mensalmente, resumo do teor dos votos proferidos, bem como, sua explicação sumária, ou, em caso de abstenção, as devidas justificativas.

5.8 VOTO À DISTÂNCIA

Nos termos da Resolução CVM 81/22 e o disposto no Código, a Trius Capital, com o intuito de assegurar o sucesso do voto à distância, realizará tal prática de modo que atenda aos interesses do mercado e dos cotistas de seus fundos de investimento.

A Trius Capital exercerá seu direito de voto à distância nos termos elencados nesta Política, por meio do preenchimento do Boletim de Voto à Distância (“Boletim”) de eventuais companhias:

- por ocasião da Assembleia Geral Ordinária; e
- sempre que a Assembleia Geral for convocada para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho Fiscal ou do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do disposto acima, a Trius Capital também poderá enviar Boletim por ocasião de qualquer Assembleia Geral Extraordinária caso verifique interesse na respectiva deliberação.

O Boletim será enviado à eventual companhia com antecedência mínima de 7 (sete) dias da data da respectiva Assembleia.

5.9 ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

Todos os manuais, relatórios, atas e demais documentos referentes a esta Política de voto serão mantidos nos arquivos físicos ou armazenados digitalmente nas dependências do escritório da Trius Capital pelo prazo mínimo de cinco (05) anos

TIPO: POLÍTICA	NÍVEL: DOCUMENTO CORPORATIVO	
TÍTULO: DE VOTO	Nº DE REFERÊNCIA: PO-SGC-007	REVISÃO: 01
ÁREA RESPONSÁVEL: COMPLIANCE	FOLHA Nº / TOTAL DE FOLHAS: Página 8 de 8	

5.10 VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Este Procedimento será revisado anualmente, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência

6. ANEXOS

Não aplicável.